

Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra

Autor(es) CUNHA, Alfredo da		Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação) 1941	Ano de publicação/impressão 1942
Título completo da obra Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiaristas			
Tema principal História do Jornalismo			
Local de edição Lisboa	Editora (ou tipografia, caso não exista editora) Academia das Ciências de Lisboa (Separata do <i>Boletim da Academia das Ciências de Lisboa</i> , vol. XIII, Dezembro de 1941)		Número de páginas 24
Cota na Biblioteca Nacional e eventualmente noutras bibliotecas públicas			
Biblioteca: Biblioteca Nacional		Cotas: L. 12809//4	
Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto		Cotas: V5-8-29(12)	
Esboço biográfico sobre o autor ou autores (nascimento, morte, profissão, etc.) Natural do concelho do Fundão, Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. Jornalista, exerceu o cargo de director do <i>Diário de Notícias</i> . Casou com a filha do fundador do jornal, D. Adelaide da Cunha. Realizou vários estudos sobre história do jornalismo português, tendo-se dedicado, em especial, à sua génese.			
Índice da obra Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 5-6 Antecedentes da <i>Gazeta</i> “da Restauração”: p. 6 Comparação da <i>Gazeta</i> “da Restauração” com as publicações noticiosas ocasionais: pp. 6-10 Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 10-13 Primeiro “gazeteiro” [jornalista]: pp. 13-19 Publicações ocasionais antecessoras da <i>Gazeta</i> “da Restauração”: pp. 10-19 Perspectivas de autores do século XIX sobre o jornalismo e os inventos do século XX: pp. 19-22 Comemoração do tricentenário da imprensa portuguesa: pp. 22-24			
Resumo da obra (linhas mestras)			

Esta obra é a versão escrita de uma conferência de Alfredo da Cunha, sócio da Academia de Letras de Lisboa e director do *Diário de Notícias*, no âmbito das comemorações do tricentenário da imprensa portuguesa (1941). No texto, o autor passa em revista a génese da imprensa periódica portuguesa, defendendo que esta nasceu com a *Gazeta* “da Restauração”, cujo primeiro número documentado é de Novembro de 1641 e que foi publicada pelo menos até 1647. Alfredo da Cunha serve-se desse argumento para defender que foi acertada a decisão, por ele próprio proposta, em 1939, de comemorar-se o tricentenário da imprensa portuguesa em 1941: “Nesta mesma sala (...) proferi, vai para doze anos, estas palavras (...): (...) é justo que a seu tempo se pense (...) na comemoração do tricentenário do primeiro periódico português (...) fazendo a conta dos 300 anos (...) a partir (...) ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provavelmente foi publicada” (p. 6). O autor relembra que o Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou a seu cargo essa comemoração.

Alfredo da Cunha diz a propósito da *Gazeta* que no século XVII era “pouco habitual” lerem-se gazetas, apesar de as bibliotecas particulares crescerem, devido ao “desejo de (...) saber” (p. 7). A *Gazeta*, nas palavras do então director do *Diário de Notícias*, era “De formato exíguo, composta em grosseiro elzevir, impressa em papel ordinário, num prelo manual rudimentar, como esses que se viam (...) em Antuérpia, cidade donde viera o seu impressor Lourenço d’Anveres, não ostentava artigos científicos ou literários (...) nem consta que ali colaborassem os grandes escritores do seu tempo, (...) nem sequer pode (...) apurar-se com segurança quais foram os seus redactores. Indigiam-se vagamente o prosador e poeta Manuel de Galhegos e João Franco Barreto, aos quais foram concedidos privilégios para fazerem publicações dessa natureza, e também (...) o cronista Frei Francisco Brandão ” (pp. 7-8). Adverte, porém, Alfredo da Cunha que a respeito de quem colaborou na *Gazeta* “só há conjecturas” (p. 7).

O primeiro número da *Gazeta*, recorda Alfredo da Cunha, foi taxado a 6 reis. A *Gazeta* era vendida nas ruas pelos cegos-papelistas, da irmandade do Menino Jesus (p. 7).

O principal motivo de comemoração do tricentenário da imprensa periódica portuguesa relaciona-se com o papel social do jornalismo, que permite ao público “ser alimentado na sua nunca saciada curiosidade, satisfazendo-se-lhe o natural anseio de saber novas e (...) de adquirir ilustração e conhecimentos (...) não por acaso ou fortuitamente mas com a regularidade e frequência de que lhe adveio o hábito (...) de se pôr ao corrente (...) do que vai pelo mundo” (p. 8). As relações (incluindo as duas *Relações* de Manuel Severim de Faria (de 1626, reeditada em 1627, e 1628) e as restantes folhas noticiosas ocasionais, não tendo carácter de periodicidade, não podem, segundo Alfredo da Cunha, ser catalogadas como periódicos, precisamente por lhes faltar periodicidade (pp. 8-12). Por essa razão, explica o autor, opôs-se aos que queriam comemorar o tricentenário da imprensa periódica portuguesa em 1926.

Discorrendo sobre a génese do jornalismo em Portugal, Alfredo da Cunha interroga-se sobre quem se deve considerar o primeiro “gazeteiro” português. Para ele, o mais importante em “saber, talento e hierarquia social” foi António de Sousa Macedo, redactor do *Mercúrio Português* (periódico mensal publicado entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667). Quanto ao “mais antigo”, o autor tem dúvidas. Na versão de Alfredo da Cunha, Manuel Severim de Faria, autor das *Relações*, não pode ser considerado o mais antigo “gazeteiro” português, até porque, segundo o autor, existem pelos menos duas publicações ocasionais noticiosas anteriores ao primeiro número das *Relações* de Manuel Severim de Faria: a *Relação da Enfermidade e Morte de El-Rei D. Filipe III Com Todas as Novidades Que Sucederam na Corte Até Agora*, de 1621, e a *Memorável Relação da perda da Nau Conceição*. Além disso, Pêro Vaz de Caminha (1500), Fernão Mendes Pinto (1614) ou Garcia de Resende (1550) também seriam excelentes candidatos a esse título (pp. 13-15).

Na parte final da obra, Alfredo da Cunha relembra os vaticínios futuristas de autores do século XIX, como António Feliciano de Castilho e Sousa Viterbo, sobre o século XX e o jornalismo futuro, tendo mostrado que acertaram em vários dos seus prognósticos, como o jornal falado (radiojornal), vaticinado por Viterbo em 1889 (pp. 19-22).

Referindo-se, para finalizar, ao significado das comemorações do tricentenário da imprensa portuguesa, Alfredo da Cunha salienta: “O que se celebra e comemora (...) é (...) a vinda ao mundo das letras duma espécie até aí desconhecida em Portugal, e que se tornaria a propagadora, e como que a propiciadora, de todas as outras espécies científicas, literárias ou artísticas, que lhe têm devido tanto da sua vulgarização e do seu êxito. O que se celebra e comemora é (...) um símbolo (...) do raiar duma instituição revolucionária nos domínios da inteligência (...). E tal é hoje o predomínio da imprensa periódica na maneira de sentir, de pensar e de agir (...), tal a sua influência sobre os (...) que conduzem as nações (...) que se (...) ela subitamente se (...) suprimisse (...) dar-se-ia (...) como que a paralisação ou o colapso de algumas das mais activas manifestações da vida social moderna.”

Autor: Jorge Pedro Sousa

E-mail: j.p.sousa@mail.telepac.pt